

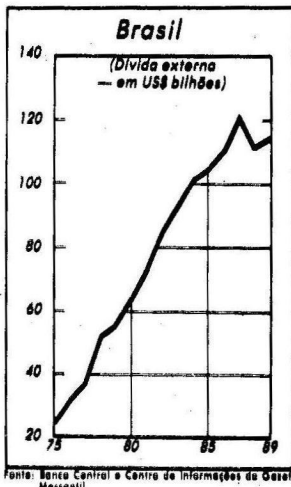
Credores dispostos a negociar

por Celso Pinto
de Londres

Se o Brasil quiser, poderá negociar um acordo com os bancos privados internacionais em paralelo, antes da conclusão de um programa com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Isso aconteceu no último acordo, em 1989, e poderá se repetir sem problemas.

Quem diz isso é um homem-chave na negociação com os bancos privados, William "Bill" Rhodes, recém-promovido a um cargo de executivo sênior do Citicorp, mas que continuará a cuidar da estratégia de negociação com os países devedores. Rhodes foi um dos conferencistas, sexta-feira, num seminário sobre a América Latina promovido pelo jornal "International Herald Tribune" e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Rhodes evitou discutir pontos específicos para um futuro acordo com o Brasil. Deixou claro, contudo, que considera muito importante a disposição demonstrada pelo presidente eleito,



Fernando Collor de Mello, de abrir uma negociação com os bancos logo depois de sua posse. "Estamos todos rezando", brincou.

Collor causou boa impressão a Rhodes nos dois encontros recentes que tiveram. O futuro presidente, disse Rhodes a este jornal, deixou bastante clara sua disposição de abrir a economia brasileira e reduzir o papel do Estado através de um programa de privatização.

Igualmente importante é a questão dos juros em atraso do País com os bancos, um problema que "terá que ser equacionado". Em sua palestra, Rhodes enfatizou que dos três países que até agora negociaram acordos nos marcos do Plano Brady, dois deles, México e Filipinas, estavam com pagamento em dia e o outro, a Costa Rica, aceitou pagar 20% dos atrasados, refinanciando o restante. A manutenção de atrasos "vai tornar cada vez mais difícil completar futuros pacotes com os bancos comerciais", disse ele.

Desde o lançamento do Plano Brady houve uma escalada nos atrasos de pagamentos, usados pelos países como uma forma involuntária de financiamento externo. Rhodes diz que essa prática foi estimulada pela atitude de organismos multilaterais (como o FMI, que ele não especificou) de aceitar desembolsar recursos para países que estavam em atraso com os bancos. Ele diz que essas instituições hoje perceberam que acabaram estimulando o acúmulo de atrasos também para elas e estão mudando de atitude.

Concluído o acordo com o México, o País, segundo Rhodes, está voltando ao mercado internacional para propor novos negócios. Indagado se o Brasil poderia tentar montar operações com grupos de bancos visando reduzir sua dívida antes de concluir a negociação formal com os bancos, algo que está nas cogitações da futura administração, Rhodes não descartou inteiramente. "Tudo dependerá da qualidade do programa do futuro presidente", diz ele. "E de como será recebido pelo mercado."

(Continua na página 2)

Credores dispostos a...

por Celso Pinto
de Londres
(Continuação da 1ª página)

Ele espera, de todo modo, que o Brasil faça uma negociação formal. O conteúdo de um eventual acordo é algo em aberto, mas não há restrições de princípio. "Quando se entra numa negociação nunca se sabe onde se vai parar", argumenta.

Rhodes diz que "1990 vai ser um ano muito interessante para a questão da dívida". Ele acredita que a combinação entre "redução de dívida e algum dinheiro novo, onde necessário, é o caminho mais promissor para resolver a crise da dívida", desde que acompanhada de reformas nos países devedores. No entanto, tem várias sugestões para aprimorar o Plano Brady.

A principal delas é a necessidade de mais recursos oficiais, hoje insuficientes para equacionar a questão da dívida. Da mesma forma, as agências oficiais de crédito deveriam restaurar linhas para os países devedores e o Clube de Paris poderia ajudar, passando a refinar também juros. O acordo, em princípio, entre os países desenvolvidos para aumentar os recursos do FMI pode ser um passo no sentido de ampliar a participação relativa dos recursos oficiais.

"Acho que os europeus deveriam ver o que o Japão está fazendo e fazer o

mesmo", sugeriu. Curiosamente, a mesma análise havia sido feita, algumas horas antes, por Toyoo Gyohten, assessor especial do ministro das Finanças do Japão e outro conferencista no mesmo seminário.

Gyohten foi além de Rhodes. Em sua opinião, uma das lições do pacote mexicano é que é "inevitável e necessário" haver mais recursos oficiais para resolver a questão da dívida, algo que se mostrou disposto a fazer desde o início. Com isso, admitiu, no fundo haverá uma transferência de recursos públicos, dos contribuintes, para aliviar um problema dos bancos privados. Isso implicará resistências políticas. Mas é um passo incontornável.

Ao contrário de Rhodes, no entanto, Gyohten acha incompatível continuar a fazer pacotes que exijam dos bancos, ao mesmo tempo, redução da dívida e colocação de dinheiro novo. Ele diz que os bancos japoneses demonstraram claramente preferir liquidar sua dívida a colocar dinheiro novo.

Esta incompatibilidade, contudo, não acontece no caso da redução do serviço da dívida e não do principal.

No caso do México, a redução do serviço foi subscrita por 49% dos bancos e implicava em trocar dívida antiga por bônus, com juros abaixo do mercado. A combinação entre redução do serviço da divi-

da e dinheiro novo pode vir a ser, na opinião de Gyohten, a melhor solução para negociar pacotes futuros dentro do Plano Brady.

Mais ainda: ele acredita que o próprio Clube de Paris poderia, eventualmente, aceitar alguma forma de redução no serviço da dívida oficial. Outras formas de redução ele considera muito difícil dada a natureza do Clube de Paris (entidade que reúne os governos desenvolvidos para refinar créditos oficiais).

Onde Gyohten e Rhodes concordam inteiramente é na necessidade de qualquer iniciativa ou negociação ser acompanhada por um processo duro, profundo de reformas econômicas nos países endividados, no sentido de abrir a economia e reduzir o papel do Estado. Rhodes não é pessimista a este respeito.

"É importante ver que, pela primeira vez, os países latino-americanos estão falando a mesma língua em relação ao que é preciso fazer", diz ele. Mesmo onde as dificuldades têm sido extremas. No encontro que teve com o presidente Carlos Menem, na Argentina, semana passada, Rhodes ouviu uma firme reafirmação do seu propósito de privatizar e abrir a economia. "Não tem outro remédio", teria dito o presidente a ele.

O Plano Brady será discutido na reunião de abril do FMI, pelo Comitê Inte-

rino (órgão principal de formulação da política do Fundo, controlado pelos países desenvolvidos). Rhodes encaminhou algumas sugestões específicas de mudanças.

Ele quer, por exemplo, que as instituições multilaterais deixem de fixar um destino específicos para os recursos nos pacotes de redução da dívida. Transformando tudo num único fundo, haveria mais flexibilidade para os países usarem os recursos nas diversas modalidades de redução da dívida.

Outro ponto é a sugestão para que a Colômbia seja incluída no novo programa de "Operações de Co-financiamento Ampliadas" do Banco Mundial (BIRD), destinado a países que não reestruturaram seu débito. Da mesma forma, Rhodes gostaria que o programa fosse estendido a países que reestruturaram com sucesso suas economias, como Chile, México, Uruguai e Filipinas.

Rhodes acha que toda a ênfase dos recursos públicos usados nos pacotes de negociação tem sido para alternativas de redução da dívida, sinalizando aos bancos uma importância menor para a necessidade de dinheiro novo. Ele argumenta que uma parcela de dinheiro novo é necessária em alguns casos e que para os bancos que pretendem ter uma relação de longo prazo com os países envolvidos essa opção faz sentido.